

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

COMISSÃO/CÂMARA: Políticas Sociais

DATA: 07/04/2011

PRESENTES:

Nome	Representatividade
Adriane Leandro	SESA
Aline Pedrosa Fioravante	SECJ
Antonio Carlos da Silva	AMBAJAC
Carmen Critina Pereira Zadra	SETP
Carolina Kumer Trevisan	PGE
Claudia Pisolo	PGE
Elenir Schuchat	APAE-Iporã
Fernanda Scaciota Simões da Silva	SEED
José Osvaldo Rufino	SECJ
Leonildo Pereira de Souza	Ouvinte – IPARDES
Letícia Regina H. Dos Reis	SECJ
Maria Jo´se Rossetti	SETP
Nircelio Zobot	SETP/CGM
Paula Cristina C. Cunha	SECJ
Pedro Lirio Hofmann	Ass. de Moradores de Encantado do Oeste
Soraya Sehli	SESA
Soraya Sehli	SESA

RELATÓRIO:

- Resultado da atualização cadastral - CadÚnico - Cadastro único de famílias.

Nircelio teceu explicações sobre o recadastramento de famílias (CAD-ÚNICO). Explicou sobre a importância de que o mesmo seja revisado a cada dois anos, sob pena das famílias virem a perder o benefício. O Município é responsável por acompanhar esse cadastro. Esse cadastro serve de base para 9 programas e compete aos CRAS acompanhar tais atualizações.

Proposta:

a) seja feita uma recomendação aos gestores do Bolsa família e do cadastro único para que sejam articuladas as informações dos gestores do bolsa e dos CRAS sobre as condicionalidades e acesso dos CRAS ao cadastro único.

b) para que seja feita uma recomendação para que os CRAS mantenham atualizadas as famílias do cadastro único, para evitar perdas de benefícios.

- Monitoramento dos serviços para crianças 0-06 anos e idosos (termo de aceites)

Leonor prestou informações sobre termos de aceite para os planos de ação de 2011. Informou que Os Municípios tinham que fazer o aceite e o Conselho tinha que aprovar.

COGEMAS-PR mandou lista de municípios da última reunião da CIT com planilha sobre a situação de alguns Municípios referente aos recursos do piso básico de transição.

A partir da reunião da CIT foi encaminhada uma lista com 38 municípios que tiveram recursos bloqueados do piso básico de transição.

Expansão dos serviços: quando saiu em junho havia um prazo para que os municípios fizessem seu aceite. Em novembro, viu-se que alguns municípios sequer haviam aberto o sistema. Foi aberto um novo prazo para que tais municípios pudessem fazê-lo. O MDS entendeu que quem não acessou o sistema, não aceitou.

Proposta:

a) mandar ofício aos escritórios regionais para monitorar esses serviços (expansão dos CRAS, serviços de atendimentos de 0-6 e idoso), referentes aos 38 municípios irregulares, para que estes promovam o aceite.

- Prorrogação de data para prestação de contas IGD-M 2009 – informação

Prazo foi dilatado de 31 de março para 29 de abril para os gestores e para 31 de maio para os conselhos municipais de assistência social. Existe um controle social sobre a aplicação do IGD-M. O presidente do conselho e o gestor tem que prestar informações sobre esses repasses pelo SUASweb.

- Alteração do cronograma da implantação do V7

Foi informado pelo Nircélio que a implantação desse sistema operacional se dará por um fluxo de cronogramas estabelecido pelo MDS, em grupos determinados pelo MDS. Foi adiado o último grupo para implantação.

- CREAS: suspensão de recursos para 06 municípios do Estado do Paraná

Foi informado por Rosely que 06 Municípios estão com os recursos do PAEFI suspensos porque não preencheram o registro da Unidade efetivamente implantada no CAD-SUAS até o prazo estabelecido. Assim que isso for regularizado, conforme a Resolução 01 de março de 2011 da CIT, os recursos serão repassados.

- Aprovação de reformulação do plano de ação PBF 2011

Foi informado por Nircélio e Carmen que Plano de ação, embora iniciado não foi finalizado para aprovação.

Informou-se que o plano será corrigido, enviado para os integrantes da Comissão para que sejam feitas sugestões e que haja aprovação na próxima reunião ordinária do Conselho.

- Propostas de encaminhamentos para as próximas reuniões: que os informes sejam colocados diretamente em plenária, para que não haja uma desnecessária reprodução de informações. Isso facilitaria para todos, pois as informações seriam repassadas diretamente pelo funcionário responsável.

- Ofício de Fernandes Pinheiros:

O Município encaminhou ofício ao CEAS informando sobre problemas no aceite, no que se refere à implantação do CRAS e solicitou auxílio deste Conselho perante o MDS para que não venha a perder recursos. Foi encaminhado Ofício pelo MDS ao município (em anexo).

----- Mensagem encaminhada -----

Remetente: "conselho municipal assistencia social" <conselhomas@hotmail.com>

Data: 07/04/2011 17:44 (agora)

Assunto: [Possível Spam] FW: RES: para IVONETE atendimento do Paraná.

Para: erirati@setp.pr.gov.br

Prezada Sra Marcia P.Z, Assistente Social de Fernades Pinheiro/PR,

Em resposta ao email encaminhado à Coordenação Geral de Serviços Socioassistenciais a Famílias, datado em 05/04/2011, anexado com documentos comprobatórios, bem como justificando a não manifestação do CMAS na aprovação da expansão dos serviços socioassistenciais 2010, com recursos do Plano de Enfrentamento ao Crack e outras drogas, por meio de preenchimento de módulo disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS, informamos que:

- O cofinanciamento federal para o PAIF constará do Plano de Ação 2011.
- Desta forma, o CMAS que não efetuou a aprovação do Aceite da referida expansão terá a oportunidade de realizar o procedimento a partir da aprovação do Plano de Ação 2011, ou seja caso o CMAS aprove o Plano de Ação do município estará aprovando, automaticamente, o Aceite à expansão.
- O Plano de Ação será disponibilizado no sistema do MDS, com previsão para início em março de 2011. Orientamos que o gestor acompanhe novas definições pelo site do MDS (www.mds.gov.br).
- O recurso do Piso Básico Fixo será liberado somente após a aprovação do Plano de Ação pelo CMAS.

De: Atendimento Protecao Social Basica

Enviada em: terça-feira, 5 de abril de 2011 11:29